

Com - Brasil

22 MAI 1989

Criar as condições para evitar o caos antes que seja tarde

Edmundo Klotz

A ausência de parâmetros claros e de políticas normativas duradouras na área econômica está engrossando o formidável caldo de problemas nacionais com mais um ingrediente: o terrível efeito espuma. Forma-se uma densa camada de indefinições que, em cadeia, vão ganhando volume, ocupando os espaços do universo institucional e determinando perturbações e insatisfações de graus diversos. Todos acabam se queixando e ninguém sabe por onde caminhar. O efeito espuma tem a capacidade de confundir, mesclar posições e amortecer o sentido de prioridade e urgência.

O País, na verdade, está a exigir imediatas providências para que seu sistema econômico ganhe vitalidade, segurança e condições de planejar, de maneira ordenada, seus rumos. Pelo menos, duas questões devem ser tratadas de maneira prioritária. A primeira relaciona-se à urgente necessidade de definição de uma política salarial realista e calcada sobre circunstâncias que estamos atravessando. Os trabalhadores necessitam de regras claras, a fim de que possam manter a tranquilidade e garantir o desenvolvimento normal do processo produtivo.

A segunda ordem de problemas diz respeito aos preços. Não há nenhuma condição de se continuar a administrar esta questão sob o império das dúvidas, conflitos e mal-estar generalizado, deflagrado pelas incongruências do chamado Plano Verão. Alguns setores, em particular, sofrem com a falta de parâmetros para mensurar seu posicionamento e planejar as atividades produtivas. Pequenos, médios e até grandes empresários, principalmente do setor de alimentos e bens de consumo não duráveis, não têm mais condições de resistir à caótica situação de indefinição em que estão sendo jogados.



O pior é que o desabastecimento é uma ameaça muito próxima. Como o setor de bens de consumo não duráveis responde por cerca de 45% do índice de inflação (alimentos, 39,87%; higiene pessoal, 2,83% e limpeza, 2,28%), o governo procura de todas as formas segurar os preços, ao mesmo tempo que congela em outros setores, criando um largo descompasso entre os setores da economia, contribuindo para expandir a política da negociação com água e instabilizar um setor que responde, hoje, por cerca de 20 milhões de empregos diretos e indiretos.

O perfil da produção básica de alimentos é sombrio.

Em 1988, o setor decresceu 3% e, a se considerar a previsão de um aumento por volta de 3%, em tempos normais, poderemos concluir que registramos, hoje, uma queda de 6%, o que é muito significativo.

Em termos de reflexos, isso pode significar o desabastecimento de produtos da cesta básica, com sérios danos sobre o tecido social e institucional. Podemos prever perspectivas muito negativas se a situação continuar como está.

Essas ameaças decorrem da visão caótica com que está sendo administrado o Plano Verão. Elegu-se a chamada cesta básica como bode expiatório do processo inflacionário, projetando-se sobre ela todo o rigor do controle de preços. Mas, o que é a cesta básica? Será que se imagina que sua composição está dissociada dos insumos e matérias-primas necessários para a fabricação dos produtos? Ora, todos sabem que as pressões inflacionárias se repartem sobre todos os agentes que compõem a economia.

Tais pressões, numa ponta do sistema, originam-se no próprio governo, por meio de tributos e venda de insumos, por exemplo. De outro lado, as pressões partem de setores do sistema privado, que, estribados na permissividade governamental, aumentam seus custos.

A cesta básica, sob esse prisma, tem sua composição comprimida por custos de todos os lados. Congelar a cesta básica significa não apenas tratar de maneira desigual os setores econômicos mas também jogar a indústria de alimentos no risco do sucateamento.

A irracionalidade campeia. Se o governo libera o setor hortigranjeiro, isto vai significar certamente formidável aumento de custos na matéria-prima do setor de alimentos. Não podemos aceitar a ótica de dois pesos e duas medidas.

É preciso convir que, em uma economia liberal de mercado, mantida por uma Constituição, da qual emanam as normas sociais e as relações negociais, deve-se garantir o princípio da isonomia. Dessa forma, se quem produz está congelado, quem fornece a matéria-prima também assim deveria se situar, sob pena de tremenda desigualdade. Ademais, é passível de verificação e demonstração a hipótese de que o controle de preços, em uma economia de mercado, resvala pelo terreno da irregularidade.

Essas questões são bastante oportunas no momento em que o governo assume posições diferentes para tratar do controle de preços.

O setor de alimentos quer efetivamente contribuir para diminuir o processo inflacionário.

A formação de estoques de matérias-primas do setor alimentício é feita com bastante antecedência. Os contratos são estabelecidos antes do plantio, portanto para atendimento a compromissos de médio e longo prazo.

A inflação alta torna, desse modo, o setor muito vulnerável. Ela é perniciososa para o equilíbrio da indústria. Por outro lado, a vitalidade e a expansão do setor de bens de consumo não são viáveis dependentes, necessariamente, de um mercado consumidor com real poder de compra.

Urge criarmos as condições para evitar o caos e garantir que os produtos estejam presentes nas gôndolas dos supermercados. Estamos empenhados em demonstrar que as soluções para o setor de bens de consumo não duráveis se tornam prementes. Sob pena de o consumidor não ter o que precisa. Queremos uma luz. Um norte. Regras claras. Antes que seja tarde.

Edmundo Klotz é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA).